

# Meninas e Território

criminalização da pobreza  
e seletividade jurídica



coleção

# Temas Sociojurídicos

*Coordenadora do Conselho Editorial de Serviço Social*

Maria Liduína de Oliveira e Silva

*Conselho Editorial de Serviço Social*

Ademir Alves da Silva

Dilséa Adeodata Bonetti (*in memoriam*)

Elaine Rossetti Behring

Ivete Simionatto

Maria Lúcia Carvalho da Silva (*in memoriam*)

Maria Lucia Silva Barroco

## Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Duarte, Joana das Flores

Meninas e território : criminalização da pobreza e seletividade jurídica / Joana das Flores Duarte. — São Paulo : Cortez, 2018. — (Coleção temas sociojurídicos / coordenação Maria Liduína de Oliveira e Silva, Sílvia Tejadas)

Bibliografia.

ISBN 978-85-249-2705-8

1. Adolescentes em conflito com a lei 2. Adolescentes (Meninas) - Condições sociais 3. Conservadorismo 4. Criminalização 5. Desigualdade social 6. Direitos humanos 7. Pobreza - Aspectos sociais 8. Relações de gênero 9. Serviço social I. Silva, Maria Liduína de Oliveira e. II. Tejadas, Sílvia. III. Título. IV. Série.

18-20649

CDD-362.77569

### Índices para catálogo sistemático:

1. Criminalização da pobreza e seletividade jurídica : Meninas adolescentes : Serviço social na área sociojurídica 362.77569

Maria Paula C. Riyuzo - Bibliotecária - CRB-8/7639

**Joana das Flores Duarte**

# **Meninas e Território**

criminalização da pobreza  
e seletividade jurídica

MENINAS E TERRITÓRIO: criminalização da pobreza e seletividade jurídica  
Joana das Flores Duarte

*Capa:* de Sign Arte Visual

*Preparação de originais:* Marcia Rodrigues Nunes

*Revisão:* Marta Almeida de Sá

*Projeto gráfico e diagramação:* Linea Editora

*Coordenação Editorial:* Danilo Morales

*Assessoria editorial:* Maria Liduína de Oliveira e Silva

*Editora-assistente:* Priscila Flório Augusto

Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida ou duplicada  
sem autorização expressa da autora e do editor.

© 2018 by Autora

Direitos para esta edição

CORTEZ EDITORA

R. Monte Alegre, 1074 — Perdizes

05014-001 — São Paulo-SP

Tel.: + 55 11 3864 0111 / 3803 4800

[cortez@cortezeditora.com.br](mailto:cortez@cortezeditora.com.br)

[www.cortezeditora.com.br](http://www.cortezeditora.com.br)

Impresso no Brasil — novembro de 2018

Você diz: Nossa causa vai mal. A escuridão aumenta. As forças diminuem. Agora, depois que trabalhamos por tanto tempo, estamos em situação pior que no início. Mas o inimigo está aí, mais forte do que nunca. Sua força parece ter crescido. Ficou com uma aparência de invencível. Mas nós cometemos erros, não há como negar. Nosso número se reduz. Nossas palavras de ordem estão em desordem. O inimigo distorceu muitas de nossas palavras até ficarem irreconhecíveis. Daquilo que dissemos, o que é agora falso: tudo ou alguma coisa? Com quem contamos ainda? Somos o que restou, lançados fora da corrente viva? Ficaremos para trás por ninguém compreendidos e a ninguém compreendendo? Precisamos de sorte? Isto você me pergunta. Não espere nenhuma resposta senão a sua.

Bertolt Brecht



Este livro é dedicado à memória de Jaqueline e de Estrela Cadente,  
porque toda vida é passível de luto, e toda história é tecida de resistência!







## Sumário

<b>Apresentação da Coleção</b> .....	11
<b>Prefácio</b> .....	13
<b>Introdução</b> .....	19
<b>Capítulo 1 ■ Serviço social, gênero e conservadorismo: a emergência do debate na área sociojurídica</b> .....	23
1.1 Gênero, sistema de justiça e serviço social: por uma crítica feminista classista .....	33
<b>Capítulo 2 ■ Território, favela e gueto: conceitos e desmistificações</b> .....	41
2.1 Território e nação: a formação do trabalho disciplinado ....	44
2.2 Capitalismo e regressos civilizatórios: a juventude proletária no circuito da precarização .....	53
2.3 Favela e desurbanização: a informalidade como moeda de troca .....	59
2.4 Gueto e descivilização: as rejeitadas pelo capital .....	74

<b>Capítulo 3 ■ Experiências atemporais: o encontro de Carolina</b>	
Maria de Jesus com as meninas .....	83
3.1 O patrão e o patriarcado: gênero, sexo e corpo .....	104
3.2 Foi só uma vez: a perpetração da violência física e doméstica. ....	110
3.3 Vidas ceifadas: a mão invisível do mercado informal .....	112
3.4 Seletividade penal e criminalização da pobreza: judicialização da vida .....	119
3.5 Tráfico e poder: ilusão de ótica .....	123
<b>Capítulo 4 ■ “A vila não é outro mundo”: considerações finais ....</b>	127
<b>Filmografia.....</b>	133
<b>Referências .....</b>	137



## Apresentação da Coleção

**A** **Coleção Temas Sociojurídicos** se conforma na produção de um conjunto de obras articuladas que abordam diferentes temáticas inscritas na particularidade dos espaços sócio-ocupacionais, que o Serviço Social convencionou chamar de área sociojurídica, que reflete o trabalho profissional desenvolvido diretamente ou em interface com o Sistema de Justiça. Este Sistema, no geral, é composto por instituições como o Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Sistema das Medidas de Proteção, Sistema de Execução das Medidas Socioeducativas, Sistema de Segurança Pública, Sistema Prisional e as redes de defesa, promoção e proteção do Sistema de Garantias de Direitos.

Almeja-se, a partir de produções individuais ou coletivas, descortinar as relações sociais de violência, de preconceito, de criminalização das expressões da questão social e as práticas conservadoras-higienistas produzidas pelas instituições do Sociojurídico, alinhadas ao arcabouço penal do Estado capitalista contemporâneo. Nessa direção, perscrutam-se fundamentos críticos, estratégias de resistência, sintonizadas com as lutas sociais e práticas pedagógicas emancipadoras que se coadunam com a liberdade, com a defesa dos direitos humanos e com o combate à desigualdade. Para tanto, propõe-se a dialética articulação teórico-prática, capaz de prospectar e repropor processos sociais cotidianos na práxis profissional.

O momento em que a Coleção é lançada é dramático. Avançam as reformas que elevam ao máximo os pressupostos liberais, ou seja, reduzem o alcance do incipiente Estado social brasileiro, alimentam o ódio em diversas dimensões da vida social, estimulando linchamentos morais e sociais, a exacerbação da prisão como medida de controle social e a intolerância para com a diferença. Nessa contextura, esta Coleção, na ótica da educação permanente, nasce para dialogar com a demanda crescente de profissionais e estudantes que atuam no Sociojurídico e buscam subsídios para compreender tais movimentos.

Espera-se que a aproximação com as obras que compõem a Coleção favoreça, entre autores e leitores, o compromisso com os sujeitos de direito que transitam entre essas instituições e estimule processos coletivos de resistência, exigibilidade e materialização de direitos.

Entre São Paulo e Porto Alegre.

*Maria Lidúna de Oliveira e Silva*  
*Silvia Tejadas*

A vertical dotted line descends from the top of the page, ending in a small solid square. A horizontal dotted line extends from the square to the right, crossing the page.

Prefácio

## Gênero, estado penal e segregação territorial

Desafios para a área sociojurídica

**E**sta obra intitulada *Meninas e Território: criminalização da pobreza e seletividade jurídica* versa sobre as expressões da questão social na contemporaneidade, que se manifestam de forma mais complexa; todavia, não eximem a historicidade da violência, da fome, do desemprego juvenil, da desigualdade social, da cidadania negada, das relações de trabalho precarizadas, como pilares constituidores, originários do conflito entre capital e trabalho.

À luz da perspectiva marxista, a autora adentra no universo das adolescentes em conflito com a lei, privadas de liberdade, em uma unidade feminina do Rio Grande do Sul, e explora, em suas trajetórias de vida, a influência do território, das relações de gênero, do acesso a bens materiais e serviços, as experiências sociais com a violência, entre outras. Território esse que não se refere apenas à delimitação geográfica, mas implica a sua dimensão política de reconhecimento do Estado-nação e como a sua atuação repercute no modo e condição de vida dessas meninas, ao reforçar não apenas a urbanização da pobreza, mas, sobretudo, a favela como expressão de um mau governo e não resultado da globalização e desigualdade da renda. Isso é expresso na fala de uma das protagonistas do estudo, Elis: “*A gente cresce*

*vivendo no risco (...) o risco faz parte da vida (...). Eu não sei o que é uma vida sem risco*". Essa frase é emblemática e expressa um pouco das discussões da autora, que revela por meio das narrativas das meninas as desigualdades de classe, raça/etnia e gênero, que estão entrelaçadas, e a vivência delas em um sistema que é seletivo, punitivo e moralizador, que produz e reproduz violência em diferentes esferas, desde a família, a instituição e a sociedade.

Joana mostra clareza no uso do método marxista ao mediar o universal com o particular e situa os fenômenos na estrutura social e a forma como eles se manifestam na vida cotidiana dessas meninas. O esforço empregado pela autora no capítulo 2 representa o compromisso intelectual de uma pesquisadora que reconhece a importância do enfoque misto da pesquisa, ao correlacionar os dados do IBGE, Ipea com as experiências sociais de Carolina e das meninas. Esse é outro feito do trabalho da autora, que explora com propriedade a categoria historicidade e traz a obra de Carolina com o objetivo de dar ao leitor subsídios teórico-metodológicos para compreender a dívida histórica do Brasil na garantia de direitos e sua naturalização em tempos de retrocesso e conservadorismo.

Conservadorismo é o tema de abertura desta obra. Com perspicácia, Joana situa a trajetória da profissão e mostra a necessidade de afirmação do projeto ético e político e de reconhecimento da ideologia conservadora na área sociojurídica. Questão da qual a autora possui propriedade para abordar, tanto por sua passagem pelo Ministério Público do Rio Grande do Sul, durante o seu processo de formação, quanto pelas pesquisas em que atuou, todas vinculadas à questão prisional e ao sistema de justiça juvenil. Joana das Flores é uma pesquisadora que atua diretamente com os sujeitos que participam da pesquisa, desenvolveu, em 2015, um brilhante trabalho que agora o leitor e a leitora têm a possibilidade de conhecer e apreender sobre essa difícil realidade.

Joana, ao afirmar que a pobreza é criminalizada e que as jovens oriundas dessa realidade ingressam no sistema de justiça mediante o caráter seletivo do Estado, expõe as condições aviltantes do mundo do trabalho, as suas transformações e a exclusão dessa parcela do direito humano ao trabalho

assegurado. Mostra que, aos pobres e com baixa escolarização, a era da desindustrialização compeliu essa população à favela, ao gueto e à informalidade. A partir daí, Joana mostra como a questão do desemprego estrutural, somado à política neoliberal executada pelo Estado, produz as rejeitadas pelo capital: inserção dessas meninas no mercado informal e ilícito de drogas e a formação de políticas penais dirigidas a esse território. Mostra a erosão do espaço público e a despacificação da vida diária dessas jovens e como o Estado penal seleciona os sujeitos dignos de direitos e os condenados à judicialização da vida. Por meio das histórias das meninas, em especial de Yasmin e Jaqueline, é possível conferir a seletividade penal do sistema de justiça, na medida em que essas meninas rompem com o ciclo de violência mediante o cometimento do ato infracional.

As meninas, em suas narrativas, vivenciam o reflexo das desigualdades sociais no território vivido, como a morte prematura de familiares por tuberculose, a Aids e outras doenças e o não acesso a saneamento básico, moradia digna e sistema de saúde. Sobre as taxas de desigualdade, a autora traz vários indicadores sociais e econômicos que impactam no território dos sujeitos e expõe a abismal diferença entre os mais ricos e os mais pobres. Revela que o Estado brasileiro, durante o período de 2013 a 2016, favoreceu diretamente a renda dos mais ricos, com rendimento mensal superior a 160 salários mínimos (R\$ 152.640,00), e aponta o paradoxo de que o número de pessoas que desistiram de procurar emprego entre 2012 e 2017 passou de 1,9 milhão de pessoas para 4,3 milhões. Junto a esse dado, o número de subempregados atingiu 23,6% da força de trabalho; isso significa 26,4 milhões de pessoas subempregadas no país (PNAD, 2018).

Essa dimensão está presente em sua análise e na tessitura do texto e traz a importância do feminismo classista para a compreensão da vida das meninas em seu território. “*Vidas ferradas*”, “*Caminho sem volta*”, “*Vida com risco*” não são apenas palavras que ecoam das vozes das meninas, uma vez que denunciam um sistema que as condena desde o nascimento e cujas vidas são abreviadas, passando a ser apenas uma estatística. Duas meninas do estudo foram assassinadas enquanto Joana escrevia este livro. Que esta obra possa

não apenas servir de denúncia, mas também de anúncio de possibilidades, de resistência e de construção de alternativas, em que um novo mundo seja possível, no qual sementes sejam lançadas.

A obra instiga assistentes sociais a repensar também seu próprio processo de formação e de que forma o lugar social que ocupam reflete seus lugares de fala e como as intervenções podem contribuir para o reforço do *status quo* e da moralização das situações envolvendo a população usuária e/ou a possibilidade de ruptura com essa ordem e criação de práticas emancipatórias voltadas para a promoção da autonomia social dos sujeitos.

Nessa esteira, a autora traz elementos da própria condição da mulher na sociedade de classes, da feminização da profissão, da mudança no perfil das assistentes sociais e das “damas de caridade” às profissionais da contemporaneidade, que fazem parte da classe trabalhadora e precisam se reconhecer como tal para pensarmos coletivamente estratégias de enfrentamento às violações de direitos que se apresentam diariamente no cotidiano profissional e nas perspectivas para a atuação voltada para a garantia de direitos e afirmação do nosso projeto ético-político profissional.

A obra também é resultado da imersão da autora no Núcleo de Estudos e Pesquisa em Violência, Ética e Direitos Humanos da PUC-RS, mais especificamente no Grupo de Estudos e Pesquisa em Violência, NEPEVI, o qual tem desenvolvido, desde sua criação, em 2000, inúmeras pesquisas sobre violência em suas múltiplas expressões contra segmentos sociais vulnerabilizados: mulheres, jovens, idosos, crianças, população negra, entre outros. As categorias gênero, raça e classe social são transversais nos estudos. A autora se envolveu nas pesquisas do Núcleo desde seu mestrado, em 2013. Em 2017, foi criada uma linha de pesquisa no programa de pós-graduação em Serviço Social intitulada “Serviço Social, Direitos Humanos, Desigualdades e Resistências” para dar visibilidade às pesquisas do programa nessa área.

Essa linha de pesquisa também contempla estudos relacionados ao poder punitivo do Estado no sistema prisional, de justiça e de segurança pública, as múltiplas expressões de violência e estratégias para o seu enfrentamento, além de investigações sobre o trabalho profissional (do assistente social em



uma perspectiva interdisciplinar) nessas áreas e sua contribuição para a área científica do Serviço Social e das áreas afins, nos termos da produção de conhecimento acerca dessas temáticas. A obra de Joana das Flores Duarte contribui de forma inexorável para a consolidação dessa linha de estudo e produção de conhecimento na área.

Para finalizar, não poderia deixar de mencionar Marielle Franco, mulher, negra, mãe e cria da Favela da Maré, militante feminista e defensora dos direitos humanos, socióloga e com mestrado em Administração Pública. Marielle nos deixou um legado de luta e denúncia da desigualdade racial, em que o corpo negro é elemento central de reprodução, estando nos cárceres repletos, nas favelas e nas periferias designadas como moradias. Sua vida também foi abreviada pela violência, sendo assassinada com 13 tiros, juntamente com o motorista Anderson Gomes em 14 de março de 2018, após fazer denúncias contra a violência policial no Estado do Rio de Janeiro.

Marielle argumentava, em seu discurso, que ocupar a política era fundamental para reduzir as desigualdades que nos cercam. Que possamos ocupar esses espaços e trazer a periferia para o centro das discussões não só na academia, mas nos diferentes territórios, e mostrar que todas as vidas importam, “vidas negras importam”, as meninas da periferia importam! Trabalhar na perspectiva de rompimento dos circuitos e curtos-circuitos que geram violência presentes nas relações sociais e desnaturalizar todas as formas de opressão constitui um passo importante nesse desafio que se impõe a nós todos como sociedade para superação da barbárie e, conseqüente, construção de novos padrões de sociabilidade humana.

*Patricia Krieger Grossi<sup>1</sup>*

Porto Alegre, outono de 2018

---

1. Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Violência, Ética e Direitos Humanos. Coordenadora do NEPEVI — Grupo de Estudos e Pesquisa em Violência — e professora-doutora do Programa de pós-graduação em Serviço Social da PUC-RS.





## Introdução

Este livro visa preencher uma lacuna na produção teórica sobre criminalização da pobreza e seletividade jurídica na perspectiva de gênero. Contudo, o grande feito deste estudo está na mediação das experiências sociais de jovens habitantes da favela em relação às contradições do modo de produção capitalista. Manifestações expressas na involução urbana, no proletariado informal, no encolhimento do setor público e na concentração da riqueza em detrimento da massificação da pobreza. *Meninas e Território: criminalização da pobreza e seletividade jurídica* integra a Coleção Temas Sociojurídicos, da Cortez Editora, e versa sobre a realidade social de jovens habitantes da favela e a inserção no trabalho informal e ilícito no tráfico de drogas.

É resultado de um esforço coletivo da pesquisadora com jovens do sexo feminino, em cumprimento de medida socioeducativa privativa de liberdade, onde a rua ganhou sentido e referência para denunciar as violações de direitos sofridas anteriores ao cometimento do ato infracional.

Este livro traz ao público uma realidade ainda pouco estudada e compreendida, que é a relação de gênero no mercado informal e ilícito de drogas, como uma nova expressão do desmantelamento do Estado social. É também uma iniciativa pioneira da Cortez Editora por dar visibilidade à obra, cujo objetivo é denunciar a penalidade neoliberal e o fortalecimento do estado

penal, o processo simultâneo de desindustrialização e guetização dos bairros da era industrial e sua degradação espacial. As vozes dessas jovens denunciam a forma como a sociedade e o Estado brasileiro, no passado e no presente, compelem a massa empobrecida e habitante da favela a ocupar os piores postos de trabalho e ter as piores condições de vida, contrastando passado e presente, riqueza e pobreza como fenômenos intrínsecos.

Diante desse cenário, jovens proletários/as sem ingresso no mundo do trabalho formal e sem uma ordem econômica de base industrial tornaram-se resultado do brutal empobrecimento e invisibilidade social. Não só as jovens, mas seus pais e mães também passam a sentir os efeitos do desemprego em massa. Situação que coloca famílias inteiras vivendo hoje da informalidade no mercado de drogas. É preciso romper com a falsa ideia de que esse ingresso ocorre por uma escolha massiva; ao contrário, o que os dados de desemprego esclarecem é uma nova e desastrosa forma de o capital compelir essa parcela segregada ao trabalho não só informal e ilícito, mas também de risco e promotor de uma guerra lucrativa e duradoura: a guerra às drogas.

Na reta final da produção deste livro, debruçei-me sobre a obra de Carolina Maria de Jesus, intitulada *Quarto de despejo: diário de uma favelada*, publicado pela primeira vez em 1960. Lendo o diário todas as noites, percebi que as histórias de vida das adolescentes/jovens e a de Carolina estavam próximas, tão intimamente ligadas e ao mesmo tempo separadas por mais de meio século. Nesse percurso histórico nada linear, comutas no campo dos direitos sociais foram impressas; todavia o sistema capitalista, as formas e desformas de inserção do segmento juvenil proletário no mundo do trabalho, nas relações de compra e venda da força de trabalho, mostram que, nos últimos cinquenta anos, a vida do/a favelado/a mudou pouco. Essa afirmativa não parte da abstração, mas sim das narrativas de Carolina, como memória viva que não deixa o tempo morrer, e das adolescentes que, nos tempos atuais, denunciam o bojo vazio do conceito de cidadania para quem vive na favela.

A escolha pela obra *Quarto de despejo* não foi aleatória; trata-se de manter aqui o propósito filosófico benjaminiano de rememoração da

mulher Carolina e de sua realidade, mostrando que, para entender as vozes das jovens no tempo presente, se faz necessário um acurado revistar ao passado. Somente assim é possível denunciar as marcas deletérias do Estado mínimo e suas manifestações na vida do/a favelado/a. Mais de meio século depois, a favela segue como fenômeno atemporal. O tema central é a vida dessas jovens no território, a sociabilidade e o trabalho informal e ilícito no tráfico de drogas, sem descuidar do sistema de justiça e de seu caráter seletivo. Seletividade essa que não se faz apenas no âmbito da judicialização, mas, também, na vida social, estando presente no que chamo de controle social via políticas de repressão do/a subproletariado/a.

No tocante ao sistema de justiça, este segue com o ordenamento conservador seletivo, criminalizando, como no passado, a parcela mais pobre da sociedade, que, diante das limitadas ou nulas chances de acesso ao mundo do trabalho formal, é obrigada a ingressar na informalidade, subjugando-se a precariedade laboral, a invisibilidade e a culpabilização por sua condição material.

Nos desafios implicados ao serviço social na área sociojurídica, a ascensão conservadora e seus resvalamentos no processo de trabalho em que se inserem os profissionais exigem acurada articulação política de enfrentamento. Trata-se, pois, de espaços contraditórios, em que ora se expande na consolidação de direitos, a contar com a Carta Magna de 1988, ora apoia e legitima ações autocráticas, requerendo suas premências historicamente seletivas.

Com base na vida cotidiana dessas jovens, é possível afirmar que *criminalização da pobreza e seletividade penal* são resultantes de uma sociedade desigual; marcada pelos altos índices de concentração de renda, pelo cerceamento ao espaço público, pela guetização das áreas periféricas, bem como pelo encarceramento dos mais pobres, em maioria negros e com baixa escolarização, que habitam esses territórios hoje considerados e institucionalizados pelo poder público como guetos, vilas ou favelas.

Dividido em quatro capítulos. O capítulo 1, *Serviço social, gênero e conservadorismo: a emergência do debate na área sociojurídica*, inaugura a discussão proposta e situa a trajetória histórica da profissão e a emergência do debate de gênero e feminismo como ferramentas importantes para compreender

as manifestações ideológicas do conservadorismo no tempo presente. O capítulo 2, *Território, favela e gueto: conceitos e desmistificações*, faz uma breve análise sobre essas três categorias dialogando com Ellen Meiksins Wood, Mike Davis e Loïc Wacquant.

O capítulo 3, *Experiências atemporais*, é dedicado ao encontro de Carolina Maria de Jesus com as Meninas. A primeira será citada, como já mencionado, com propósito filosófico benjaminiano de rememoração da obra e da mulher Carolina, e de sua realidade; já a das Jovens, mas aqui meninas, são vozes do tempo presente que dialogam com o velho e o novo, mostrando o que mudou e o que segue aparentemente permanente. Esse encontro versará sobre essa realidade cotidiana e histórica, descortinando com as vozes das oprimidas um sistema que se metaboliza com a miséria da favela e das faveladas.

E, por fim, o capítulo 4, *A vila não é outro mundo*, tece as considerações finais e situa os limites e as possibilidades de uma atuação mais justa, igualitária e abrangente dos assistentes sociais na área sociojurídica frente ao avanço da ideologia conservadora e suas manifestações no processo de trabalho no qual está inserida essa categoria profissional.

O convite à leitura destina-se não só aos/às profissionais e estudantes da área, mas ao público em geral que tenha interesse no desvendamento da realidade social dessas jovens, desmistificando o discurso penal e a lógica punitiva e segregacionista difundidos pelos meios de comunicação. O livro não aborda o sistema de justiça nem a atuação dos profissionais da área sociojurídica, mas sim parte da realidade e das histórias de vida das adolescentes e jovens que passaram pelo sistema, tanto na condição de vítima como na condição de autoras de atos infracionais. O grande feito está no compromisso de publicização da sociedade desigual, marcada pelos indicadores sociais do desemprego estrutural, da baixa escolarização e da precária moradia para pessoas pobres, em sua maioria negras. A atenção deste estudo se dá também quanto à perspectiva de gênero, congregando classe, raça e etnia. Isso posto, boa leitura!